



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Profa. Dr. Raimundo de Jesus Teixeira Barradas
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Valber Barbosa de Menezes
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Darlisson Sousa Ferreira
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitoria de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Direito Ambiental**

EQUIDADE: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Profa. Dra. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira,
UEA

Editores Chefe

Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidianie Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final



I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Comissão científica do evento

Ana Beatriz Andreoli de Souza
Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Bruna Maria da Silva Mota
Denison Melo de Aguiar
Gabriel de Siqueira Corrêa
Giovana Almeida da Silva
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Neuton Alves de Lima
Pedro Luís da Silva Teles
Rebeca de Lima Nogueira
Comissão Organizadora



Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Comissão Científica

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Bruna Maria da Silva Mota

Formatação

Bruna Maria da Silva Mota

Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão final

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; NOGUEIRA JUNIOR, Bianor Saraiva; AGUIAR, Denison Melo de. **Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal.** Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2025). Manaus: Curso de Direito, 2025.

Anais

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6



APRESENTAÇÃO

As cotas universitárias são utilizadas cada vez mais nas instituições de ensino superior, no Brasil, a fim de que o direito social à educação seja garantido de forma mais equilibrada entre a diversidade estudantil. A política de cotas representa a efetivação da igualdade material, pois permite a adoção de medidas de ação afirmativa, pelas universidades públicas, para corrigir desigualdades históricas e sociais.

Diante desse cenário, esta obra oferece ao leitor uma coletânea de artigos, produzidos por professores e alunos do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como resultado de uma pesquisa acadêmica, cujos textos foram defendidos pelos autores no “I Seminário de Avaliação da Legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da Legística e da Constituição Federal”, realizado pela Clínica de Estudos Constitucionais (CEC/UEA).

A temática aqui apresentada é especialmente relevante em um contexto em que a desigualdade social ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada com ações concretas e eficazes. A UEA, ao adotar as cotas, demonstra seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A pesquisa envolveu análise das normas e dos princípios jurídicos aplicáveis à política de cotas universitárias, especialmente a análise dos instrumentos jurídicos utilizados para criação, implementação e os critérios de seleção dos beneficiários das cotas da UEA. Levou-se em consideração as normas constitucionais, como os princípios da dignidade humana, da igualdade e da não-discriminação, diante das limitações impostas ao poder público em relação ao tratamento diferenciado de grupos sociais específicos.

A pesquisa demonstrou que um dos desafios é encontrar o equilíbrio entre a necessidade de promover a inclusão social por meio das cotas e o respeito aos princípios e às normas jurídicas que regem a matéria. Além disso, outro desafio às universidades é garantir que as políticas de cotas sejam efetivas e atendam aos seus objetivos, evitando distorções e

desvios que possam comprometer a sua legitimidade e a sua eficácia, sobretudo com o § 16, no art. 37 da CF, pela Emenda Constitucional nº 19, de 2021, que impõe à administração pública o dever de realizar avaliação das políticas públicas na forma da lei.

Convidamos você, leitor, a embarcar nesta jornada de conhecimento e reflexão. Esperamos que esta coletânea inspire novas idéias e ações em prol de uma sociedade mais inclusive respeitosa dos direitos de todos os cidadãos.

Manaus, 08 de julho de 2025.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima

Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar

LEGÍSTICA E CONSTITUIÇÃO: UMA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

LEGISLATIVE DRAFTING AND CONSTITUTION: AN EVALUATION OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES ATE THE STATE UNIVERSITY OF AMAZONAS

Otávio Augusto Carmo de Melo¹

Victor Holyvers Moraes de Oliveira²

Denison Melo de Aguiar³

1. INTRODUÇÃO

As políticas de cotas tiveram seu início com a lei nº 12.711, sancionada em agosto de 2012 (BRASIL, 2012), no qual se garantia a destinação de 50% das vagas das universidades para alunos de escola pública. Dentro dessa política, enquadra-se estudantes que ingressaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, aqueles de baixa renda e, posteriormente (lei nº13.409, 2016) (BRASIL, 2016), aderindo ao leque de direcionamento das cotas, deficientes.

Tal política fica subdivida, seguindo a conjuntura apresentada, em alunos de escola pública e ampla concorrência, depois entrando na categoria de estudantes de escola pública, dividi – se em indivíduos com renda menor ou igual a 1,5 do salário mínimo per capita e indivíduos com renda maior que 1,5. Ainda abordando sobre a subdivisão, aqueles com renda menor ou igual a 1,5 classificam-se em pretos, pardos, indígenas e deficientes, e as demais pessoas que não se enquadram nesse qualificativo, já os indivíduos com renda maior que 1,5 se subdividem da mesma forma. Através dessa breve explicação, portanto, percebe-se que não se trata de apenas uma categoria de pessoas, e, sim, um montante de subdivisões que se enquadram nas condições da política de cotas, levando em consideração, para seus critérios de proporção, dados do IBGE; no entanto, em regra geral, de forma breve, para ser destinatário de tal prerrogativa, o indivíduo deve ter, obrigatoriamente, realizado ensino médio em escola pública (ALMEIDA; RODRIGUES, 2018, p. 10).

O sistema de cotas teve sua criação voltada para uma perspectiva social, visando extinguir desigualdades no contexto da educação, reservando vagas a indivíduos considerados com desvantagens. Nota-se uma ligação direta entre a entrada no ensino superior com contextos econômicos e étnicos, já que os destinatários de tal política estão justamente interligados a tais conjunturas, renda, raça, etc (AMARAL; GOLGHER; NEVES, 2015, p. 2).

A Universidade do Estado do Amazonas, além das demais conjunturas apresentas, também possui cota para indivíduos egressos de escolas públicas ou privadas do próprio

¹ acadêmico de direito, universidade do estado do amazonas.

² acadêmico de direito, universidade do estado do amazonas.

³ Professor de ensino superior da Escola de Direito da UEA. Bacharel em Direito pela UNAMA. Mestre em Direito Ambiental pelo PPGDA/UEA. Doutor em Direito pelo PPGD/UFGM. Coordenador da MARbIC-UEA. Integrante de Grupo de Pesquisada Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM. Contato: daguiar@uea.edu.br.

Estado, cota regional de 80% para estudantes do Amazonas. Porém, tal política foi derrubada pelo STF, por considerar violar a garantia de todos os cidadãos de dever receber tratamento igual. Posteriormente, o projeto de lei número 279, 2024, da Mensagem Governamental de número 43, 2204, foi aprovada, prevendo uma cota de 50% para estudantes do Amazonas (COSTA, 2024).

O tema em questão, não apresenta um consenso acerca de sua aplicação, havendo tanto argumentos a favor quanto contra. Nesse sentido, não cabe nessa pesquisa questionar a legitimidade da política de cotas, e, sim, avaliá-la, apresentando seus efeitos práticos, evidenciando seus defeitos e mostrando possíveis soluções a determinadas situações se necessário (ALMEIDA; RODRIGUES, 2018, p. 3).

2. JUSTIFICATIVA

A políticas de cotas se trata de um tema de muita importância, uma vez que se trata de algo que afeta diretamente a sociedade como um todo em diferentes âmbitos de referência, econômico, social, étnico, entre outros.

Os pontos específicos que justificam a sua análise seriam a possível geração de perda qualitativa de capital humano na universidade devido à falta de formação escolar e à criação de um ressentimento e conflito entre os beneficiados e não beneficiados pela política de cotas.

Diferentes estudos, como o de Pereira, Bittencourt e Silva Júnior (2018, p. 4), mostram que o desempenho acadêmico dos universitários beneficiados pelas cotas realmente são menores que os demais, causando a queda de excelência geral das universidades, porém, torna-se factível a percepção de que em diferentes outras universidades, tais dados não se tornam realidade em períodos próximos da metade e fim da graduação (ALMEIDA; RODRIGUES, 2018, p. 4; DIAZ, 2022).

Logo, o que muda de fato no desempenho dos cotistas ao longo do tempo acadêmico não são sua formação escolar e, sim, a atenção que tais indivíduos recebem no ensino superior, mostrando que as universidades com projetos e planos de estudos que favoreçam tais indivíduos, mediante fatores que impulsionem seu crescimento intelectual e acadêmico e não através de bonificações e vantagens diretas, não são afetados pela falta de formação escolar, como afirmado por Ana Paula Karruz, doutora em políticas públicas e administração pública pela George Washington University e professora do Departamento de ciência Política da UFMG, “A desvantagem inicial em preparo acadêmico, revelada já pelas diferenças de pontuação no Enem, parece ser parcialmente superada ao longo da trajetória universitária de cotistas” (KARRUZ, 2022 apud DIAZ, 2022).

A implementação das cotas pode gerar percepções negativas entre aqueles que não se beneficiam delas, levando a ressentimento e hostilidade. Tal fato mostra que, embora as cotas possam aumentar a diversidade, elas também podem ocasionar tensões sociais (BORGES; SOUSA, 2020).

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

- Avaliar a política de cotas e seus efeitos práticos na sociedade.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar a relação entre o desempenho acadêmico nas universidades com a política de cotas.
- Identificar e analisar as tensões sociais originadas pela política de cotas

- Determinar os impactos sociais ocasionados pela implementação das cotas a determinados indivíduos específicos
- Verificar possíveis soluções aos problemas apresentados e gerados pela política de cotas.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

Análise da aplicação da política de cotas e seu sistema na Universidade do Estado do Amazonas. Considerando os impactos reais, sociais e acadêmicos deste sistema tanto na universidade quanto nos indivíduos, pretendendo-se responder às seguintes perguntas:

- Como se dão as tensões sociais resultantes da política de cotas na UEA?
- Qual o impacto da política de cotas no desempenho acadêmico na universidade?
- Quais mudanças sociais são geradas na vida dos beneficiados pelo sistema de cotas?

5. HIPÓTESE

As efetivas transformações e resultados quanto a elevação da condição social dos estudantes universitários são intensamente influenciados de maneira significativa pela política de cotas e a respectiva avaliação acadêmica da universidade e dos próprios beneficiados não é impactada por tal política de modo desfavorável, sendo necessário a construção de uma resolução a longo prazo da tensão que é efetivamente gerada entre os beneficiados e não beneficiados pelas cotas.

6. METODOLOGIA

A metodologia será conduzida primeiramente por uma pesquisa qualitativa, usada para compreender as experiências e percepções dos envolvidos, por meio de dados coletados de entrevistas com estudantes universitário graduandos e aqueles já graduados beneficiados pelas cotas aqueles não beneficiados, os administradores e gestores universitários e seus professores. As perguntas serão feitas inicialmente com o intuito de analisar os contextos sociais transformados pela política de cotas e seus impactos ao longo prazo no quesito social de suas vidas (COSTA, 2013).

A segunda parte das pesquisas irá focar nas informações coletadas dos administradores e gestores, em conjunto com o banco de dados da universidade, em busca das informações quanto o progresso acadêmico dos estudantes beneficiados pela política discutida em comparação com um aluno não beneficiados, para entender a efetiva diferença gerada, além de entender o impacto geral no desempenho acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas. A terceira parte da entrevista focará na visão dos estudantes não beneficiados quanto a política de cotas e sua manutenção, e sua relação com a presença de estudantes cotistas. Por fim, serão usadas todas as informações coletadas para uma análise geral da sua relação com as hipóteses apresentadas e as devidas correlações umas com outras (BRANCHI et al., 2021).

7. RESULTADO

Transformações sociais são proporcionadas para os estudantes universitários beneficiados pelas políticas de cota. Suas condições sociais demonstram avanços, com uma maior inserção no mercado de trabalho formal e produzindo-se trabalhadores especializados e

de alta qualidade, sendo estas pessoas aquelas que há algumas décadas estavam marginalizadas por conta de fatores raciais e financeiros, serão importantes peças que tornam a sociedade amazonense mais diversa, equitativa e inclusiva, fruto da política de cotas na universidade (PEREIRA, 2019).

Em virtude do suporte acadêmico e psicológico oferecido pelas instituições de ensino superior, o desempenho dos cotistas na questão acadêmica, da metade até o final da faculdade, não é inferior e sim em pé de igualdade, até mesmo superior em alguns casos, não tendo a política de cotas impactos negativos tanto na avaliação acadêmica da universidade e na avaliação do cotista (DANTAS; DE SOUSA, 2019). A questão da tensão entre beneficiados e não beneficiados ainda permanece como uma questão complexa, mas uma solução de longo prazo como a promoção programas de integração, inclusão e diversidade, com a promoção de um ambiente respeitoso colaborarão para a resolução do problema.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de cotas demonstrou-se coerente com o objetivo proposto na origem de sua criação, a inserção de membros da sociedade antes excluídos por conta de fatores sociais, econômicos e até mesmo étnicos no ambiente universitário e futuramente no mercado de trabalho especializado. Sua eficácia vem promovendo transformações sociais significativas e não fere a reputação nem desqualifica a Universidade do Estado do Amazonas, sendo ainda necessário um esforço para que a tensão social restante seja finalmente superada.

9. PALAVRAS CHAVE

Cotas (quotas), política (policy), universidade (university), estudante (student), impactos sociais (social impacts).

10. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Miranda de Souza; RODRIGUES, Cristiana Tristão. **Avaliação da política de cotas na Universidade Federal de Viçosa**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 53, p. 301-319, jul./dez. 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/ppp/201210_ppp53_art_12.pdf. Submetido em: 10 out. 2016. Primeira decisão editorial: 13 abr. 2017. Última versão recebida: 15 mar. 2018. Aprovado em: 27 mar. 2018.

COSTA, A. A. A. **Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social**. Recife: Editora UFPE, 2013. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/437/447/1320?inline=1>.

DANTAS, D. C., & DE SOUSA, A. C. G. (2019). **Avaliação dos Impactos na Transformação Social em um Projeto de Extensão Universitária**. RAÍZES E RUMOS, 6(2), 127–132. <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2018.v6i2.127-132>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DIAZ, Luccas. **Alunos cotistas e não cotistas têm o mesmo desempenho na graduação**. Guia do Estudante, São Paulo, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/a-gente-nao-menos-capaz-o-desempenho-de-cotistas-nas-universidades/>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOLGHER, A. B.; AMARAL, E. F. L.; NEVES, A. V. C. **Desempenho acadêmico dos estudantes da UFMG: uma análise da política de bônus sociorracial**. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 14, n. 26, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ph2r25>>.

PERES RODRIGUES, P., SUGAHARA, C. R., BRANCHI, B. A., & FERREIRA, D. H. L. (2021). **Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações**. *Revista De Empreendedorismo, Negócios E Inovação*, 6(1), 55–74. <https://doi.org/10.36942/reni.v6i1.332>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NASCIMENTO COSTA, Jacqueline. **Novo sistema de cotas da UEA é aprovado na ALEAM**. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.uea.edu.br/index.php/2024/05/15/novo-sistema-de-cotas-da-uea-e-aprovado-na-aleam/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PEREIRA, M. L. **Diversidade e inclusão no ensino superior**. *Educação em Foco*, v. 38, n. 1, p. 67-89, 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8149581/mod_resource/content/1/Lima%202016.pdf

RODRIGUES, P. P.; SUGAHARA, C. R.; BRANCHI, B. A.; FERREIRA, D. H. L. **Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações**. *Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação*, v. 6, n. 1, p. 55-70, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/332>.

SOUSA, Thaíssa Bispo; BORGES, Eduardo Henrique Narciso. **A Estigmatização de Cotistas como Efeito Não Pretendido da Implementação da Política Pública de Cotas**. *Revista Administração Educacional - CE - UFPE*, Recife-PE, v. 11, n. 1, p. 126-142, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352924859_A_ESTIGMATIZACAO_DE_COTISTAS_COMO_EFEITO_NAO_PRETENDIDO_DA_IMPLEMENTACAO_DA_POLITICA_PUBLICA_DE_COTAS. Acesso em: 15 jul. 2024.

Data de submissão: 14 de julho de 2024.

Data de aprovação: 26 de julho 2024.